

Mário Soares: "A manobra foi demasiado evidente"

MÁRIO SOARES reagiu, ontem, à notícia de um possível acordo de entendimento entre o governo português e os militares. O primeiro-ministro afirmou que a manobra foi demasiado evidente e que não se poderia considerar que o governo tivesse sido enganado.

«Este caso é muito sério», afirmou Mário Soares, «mas não se pode considerar que o governo tenha sido enganado. A manobra foi demasiado evidente. Não se poderia considerar que o governo tivesse sido enganado. Não se poderia considerar que o governo tivesse sido enganado.»

Tenente-coronel Infante embaixador em Argel

DESIGNADO COMO novo embaixador, o general Infante foi nomeado para a missão diplomática em Argel. O nomeamento foi anunciado oficialmente ontem pelo Ministério das Relações Exteriores.

Ministros portugueses nos Estados Unidos

A COMISSÃO de governação, reunida em Lisboa, decidiu enviar para os Estados Unidos uma delegação de ministros portugueses. A delegação será liderada pelo primeiro-ministro Mário Soares.

Demissionária a direcção da Emissora Nacional

UMA comissão de demissão foi constituída para avaliar a direcção da Emissora Nacional. A comissão será liderada por um membro do Parlamento.

Vitor Alves continua no C. da Revolução

VITOR ALVES continuou a exercer as suas funções no Conselho da Revolução. O Conselho decidiu não alterar a sua composição.

O MRPP protesta contra prisões de militantes

O MRPP protestou contra as prisões de militantes. O partido afirmou que as prisões são uma violação dos direitos humanos.

Eixo Lisboa-L. Marques consolidado na Holanda por Melo Antunes e Marcelino dos Santos

O eixo político formado por Lisboa, Lisboa-L. Marques, foi consolidado na Holanda por Melo Antunes e Marcelino dos Santos. Os dois líderes políticos mantiveram reuniões para discutir a situação política portuguesa.

Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto

UMA manifestação proibida do Partido Socialista encheu as ruas de Lisboa e Porto. Os manifestantes exigiram a realização de eleições livres e a retirada do governo.

PS desmantelado em ordem do PC

O Partido Socialista foi desmantelado em ordem do Partido Comunista. O PC acusou o PS de colaboração com o regime.

Vários desmas de militantes

Vários militantes foram desmascarados. Os serviços de segurança revelaram a identidade de vários membros de organizações clandestinas.

O tropismo das casernas
pode prejudicar
a revolução portuguesa
por Augusto de Castro
0 1.º de Maio de 1876 dos portugueses
por Marcelo Rebelo de Sousa Pág. 7

• Primeira análise (quantitativa) às eleições para a Assembleia Constituinte Pág. 17

• Parques e campos dos resultados eleitorais em mesa-redonda Pág. 18

20 anos depois de Bandung
o Vietnam na hora da independência
Pág. 6

Nyerere em Lisboa logo a seguir a Kaunda

Nyerere em Lisboa logo a seguir a Kaunda. O primeiro-ministro português recebeu os dois líderes africanos em uma recepção oficial.

Eleições provocam mudanças e confirmações nas autarquias locais

As eleições locais provocaram mudanças e confirmações nas autarquias locais. Os resultados refletem o apoio aos partidos de esquerda.



Foto de um dos actos de manifestação em Lisboa. O primeiro-ministro Mário Soares recebeu os líderes africanos Nyerere e Kaunda.



Manifestação em Lisboa. Os manifestantes exigiram a realização de eleições livres e a retirada do governo.

TISSONIC
um relógio electrónico
TISSOT

TISSOT
o relógio que conquistou o mundo inteiro



Mário Soares: "A manobra foi demasiado evidente"

MÁRIO SOARES exigiu, ontem, eleições nas autarquias locais e sindicatos, já que aquelas são dirigidas na sua grande maioria por elementos do MDP/CDE que nas eleições apenas obteve 4 por cento dos votos. Esta exigência foi formulada por Mário Soares durante o discurso que pronunciou perante a multidão que se aglomerou em frente da sede do P.S., em São Pedro de Alcântara.

Disse ainda Mário Soares: «talvez não fosse por acaso, que a República hoje não saiu para calar a única voz independente nos jornais da tarde. Ao lermos hoje os jornais da tarde, e ao ouvirmos as emissoras de rádio chegamos à conclusão que fizeram o mal e a caramunha».

«Tanto o camarada Zenha como eu, prosseguiu Soares, tivemos a possibilidade de explicar longamente, hoje, quer ao Primeiro Ministro, quer ao Presidente da República, como as coisas se passaram para que não subsistam mais dúvidas e para que não possam meter intrigas entre o P.S. e as Forças Armadas.

A verdade, camaradas, é que a manobra foi por demais evidente. Não somente quiseram aparecer sózinhos na TV, como anjo tutelar dessa manifestação, como ainda por cima quiseram dizer que era nossa a culpa de as coisas não terem corrido a contento deles».

Tenente-coronel Infante embaixador em Argel

SEGUNDO círculos bem informados, ocupará, dentro em breve, o cargo de embaixador português, em Argel, o tenente-coronel Infante. Chegou a apontar-se como provável o nome de Costa Brás, ex-ministro da Administração Interna e membro do Conselho dos 20, o qual, segundo consta, poderá vir a ser nomeado Procurador-Geral da Justiça, cargo recém-criado em Portugal.

Ministros portugueses nos Estados Unidos

A CONVITE do governo americano, visitará os Estados Unidos o ministro do Trabalho, major Costa Martins. A viagem realizar-se-á dentro de 15 dias.

Também o ministro Correia Jesuino parte hoje para os Estados Unidos da América do Norte, onde contactará com as comunidades portuguesas, com os meios de informação, juventudes universitárias e visitará, segundo nos disse, "uma boa escola de jornalismo porque estamos muito interessados nisso".

Correia Jesuino permanecerá nos EUA cerca de 12 dias.

Demissionária a direcção da Emissora Nacional

PEDIU a demissão de Presidente da Emissora Nacional o comandante Galvão, no que foi acompanhado pelos restantes membros da Direcção. Espera-se, a todo o momento, a substituição da direcção demissionária, sendo considerado provável que aquela estação emissora passe a ficar na dependência da 5.ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas.

Vitor Alves continua no C. da Revolução

TENDO-SE levantado o problema de a sua nomeação como embaixador itinerante poder vir a afectar a qualidade de membro do Conselho da Revolução (como sucede com os membros do Governo) o Conselho deliberou que, no caso do major Vitor Alves, ele continuaria nas suas funções naquele Conselho.

O MRPP protestou contra prisões de militantes

O MRPP DENUNCIOU, na manhã de ontem, factos que reputa de «extremamente graves», tais como sequeiros sobre militantes seus na Margem Sul, exercidas por «civis do PCP, fuzileiros de Vale do Zebro e forças da GNR, conluídas numa operação de terrorismo social-fascista», de que resultaram as destruições de duas delegações daquele partido no Barreiro e no Seixal.

A invasão das duas sedes registou-se cerca das 0 horas de ontem, seguindo-se a detenção violenta de 34 simpatizantes e membros do MRPP. O mesmo partido apoiou uma manifestação convocada pela AFAP (Associação dos Familiares dos Antifascistas Presos) que terá lugar amanhã, frente ao prédio militar de Santarém, onde se encontram detidos mais de cem militantes e simpatizantes do MRPP.

Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto



O Partido Socialista convocou para ontem às 18 horas, no Rossio, uma manifestação de protesto contra a discriminação de que foi alvo por ocasião das comemorações do 1.º de Maio, no Estádio do mesmo nome. Apesar de inicialmente proibida a manifestação seguiu, sem incidentes pelos Restauradores, Av. da Liberdade, Marquês de Pombal e Rato até São Bento, de onde regressou pela Estrela, Rato e Escola Politécnica até à sede do Partido Socialista na Rua São Pedro de Alcântara, onde discursaram diversos dirigentes, que entretanto haviam encabeçado a manifestação durante o trajecto

AS MANIFESTAÇÕES que o Partido Socialista promoveu ontem em Lisboa e no Porto vieram culminar um processo político que, iniciado no dia em que se conheceram os resultados eleitorais, se agravau com as comemorações do 1.º de Maio e poderá vir a produzir efeitos na chefia e na composição do elenco governamental.

As manifestações foram das maiores de que há memória nas duas cidades. Convocada inicialmente para o Rossio às 19 horas, a da capital foi, ao que parece, proibida. Pelo menos, interrogado, cerca das 18.30, na residência do primeiro ministro, por um dos nossos redactores, o comandante Correia Jesuino, ministro da Comunicação Social, afirmou: "Há que aguardar e ver, mas, neste momento, nada aponta para que haja uma manifestação".

Também, o dr. Salgado Zenha, ministro da Justiça, dirigente do PS, nos disse, sorrindo, minutos depois, quando, com Mário Soares, saiu apressadamente de S. Bento: "Não há manifestações nem reuniões...". E Mário Soares, depois de muito instado, nada adiantou: "Mais tarde posso fazer uma declaração. Eu depois falarei".

Mário Soares e Salgado Zenha seguiram para Belém, onde foram recebidos pelo Presidente da República. A saída, o secretário-geral do PS, depois de esclarecer a sua posição no comício de quinta-feira, afirmando que a sua formação o impediria de provocar quaisquer distúrbios quando o primeiro ministro e o Presidente da República falavam, declarou: "As bases do PS estão compreensivelmente excitadas. Sentem que estão a ser discriminadas. O PS é o maior partido português, é um partido da classe operária, como o denunciam as votações que teve em várias zonas operárias. Temos de compreender a justa cólera e a indignação das bases do PS." Terminou pedindo "a todos os militantes e simpatizantes que mantenham a serenidade e a calma e lembrem, acima de tudo o mais, o interesse nacional".

Entretanto, verificou-se no palacete da rua Imprensa Nacional durante a tarde de ontem, um movimento de certo modo inusitado. O Conselho foi inter-

rompido algumas vezes por telefonemas para o brig. Vasco Gonçalves e a Comissão Política do Conselho da Revolução (Rosa Coutinho, Xaria, Raimundo Correia, Judas e Luís Macedo) reuniu excepcionalmente em S. Bento ("Por questões logísticas ou de conveniência, suponho; não estou informado" — afirmou o ministro da Comunicação Social).

Várias dezenas de milhar

Apesar de tudo isto e dos boatos que iam sendo propagados pela cidade, já antes das 19 horas, concentravam-se no Rossio — local para onde fora convocada a manifestação apenas esta manhã — centenas de manifestantes. A partir das 18.30 4 chaminets guardavam a entrada da praça enquanto vários elementos de Comandos II e Polícia Militar se encontravam espalhados junto das suas viaturas. Pedro Coelho, um elemento dirigente do PS que nessa altura chegou ao Rossio foi informado por um major presente que a manifestação não poderia ter lugar. Entretanto, um militante do mesmo partido teria sido levado, sob prisão, para o interior de um dos carros, sendo solto pouco depois.

Apesar de informações contraditórias acerca da suspensão oficial da manifestação, o público ia engrossando, chegando já às várias dezenas de milhar quando avançou em direcção dos Restauradores, Avenida acima. Vieram centenas de bandeiras vermelhas de núcleos do PS e as palavras de ordem alternavam entre os atiques à "unicidade intersindical" ("A intersindical traía Portugal" ("A intersindical não é do Cumbal" ("Central sindical só por via eleitoral" e vivas ao PS e à liberdade ("PS é do povo, não é de Moscovo", "PS foi atacado, PS não fica calado", "É preciso respeitar a vontade popular", "Informe-se, viu-se, viu-se", "A verdade não esteve em Alvalade"). No cimo da Avenida, ao passarem em frente do Diário de Notícias os assobios e os "fóras" abafaram as palavras de ordem, contrastando com a passagem, momentos depois, pelo EXPRESSO que foi aclamado com

palmas e vivas e gritos de "Expresso é verdadeiro, ninguém o comprou", "Expresso amigo, o PS está contigo". Entre os manifestantes que demoraram quase uma hora a passar, por baixo das nossas janelas, em direcção ao Rato, viam-se algumas bandeiras da AOC e do PCP-ml que lançou à passagem, "Nem Kissinger nem Brejnev". Embora Mário Soares e Salgado Zenha tivessem atribuído a iniciativa da manifestação à "iniciativa compre compreprevisível" das bases, viam-se encabeçando os manifestantes Marcelo Curto, Cardia, Lopes Cardoso, Manuel Alegre, Guterres, Paulo Renato e Igrejas Caieiro.

No Rato, umas centenas de militantes do PPD aguardavam a incorporação no cortejo, a qual, no entanto, não se verificou logo, apesar de certos apelos de "Unidade, Unidade" partidos das bases dos dois partidos. O PPD subiu a Alvaros Cabral ao som de «O povo não quer minorias no poder» e «70% a caminho de S. Bento» enquanto o grito do cortejo continuava pela Rua de S. Bento, cantando para as janelas que se abriam e vitoriam a manifestação, associando-se às palavras de ordem que, à chegada à Assembleia Nacional onde se deu o encontro com o PPD, se resumiram a uma única, por todos gritada: "Onde está o povo, se láto não é povo?"

PS: «Intersindical manobrada aos ordens do PC»

AS COMEMORAÇÕES em Lisboa do Dia Mundial do Trabalho ficaram assinaladas por incidentes políticos no Estádio 1.º de Maio, onde usaram da palavra o Presidente da República, o Primeiro Ministro e um elemento da Intersindical e onde uma multidão estimada em cem mil pessoas se concentrou desde as primeiras horas da tarde.

A grande manifestação, convocada sob o signo da unidade e da fraternidade trabalhadora, veio a reflectir publicamente as distensões partidárias que ferpejam nos bandeiros e que apenas a semana de distância do struggle eleitoral, pretenderam impedir a participação dos dois partidos

políticos mais votados no 25 de Abril (ver, pág. 10, editorial).

A noite do primeiro de Maio e dia de ontem registaram os movimentos dos dirigentes participarem em S. Bento e Belém e a publicação de várias tomadas de posição, através de comunicados emitidos pelo Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Popular Democrático e Intersindical, que crevem o sectarismo na base de incidentes ocorridos e se atribuem mutuamente as culpas pela densa graga verificada no que se propunha ser a maior jornada unitária do país, promovida pelo Intersindical, PC, PS, MES MDP/CDE, LCI e PSP.

As tentativas de agravo e o insólito ao secretário-geral do PS Mário Soares, que acompanhado de outros dirigentes do partido nomeadamente Salgado Zenha e Marcelo Curto, foi fisicamente impedido de entrar na tribuna de estádio onde se encontravam os membros do Governo e outros dirigentes de partidos, provocaram agitação entre as "libas" de militantes socialistas que já se encontravam no interior do recinto e de onde partiram, a espaços, vales e assobios, quando usavam da palavra o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves e o general Costa Gomes.

O impedimento concretizado por elementos da Intersindical e a situação "dã decorrente foram tema de vários comunicados, emitidos com curto intervalo pelo Secretariado Nacional e pela Federação de Lisboa do Partido Socialista, que accusam claramente "alguns dirigentes da Intersindical" de estarem "às ordens de um partido que nem sequer é o mais representativo das classes trabalhadoras. Que garantias pode dar aos Trabalhadores esta manobrada organizada, que se permite, através de um dos seus dirigentes, barrar a entrada na Tribuna do Estádio 1.º de Maio ao Secretário-Geral do maior Partido Português?", interroga um dos comunicados, a certo ponto.

Elementos dirigentes do PS recusaram para o EXPRESSO a versão dos acontecimentos, em troca de impressões que solicitamos na própria sede do partido. Eis o que nos foi revelado por estes elementos responsáveis:

"De acordo com o combinado

PPD: «3 milhões de trabalhadores não são monopólio do PC»

Por sua vez, o Partido Popular Democrático, que considera a interindustrial ao serviço do Partido Comunista, afirma em comunicado que aquela "quer organizar para este a Festa do Trabalho, como pretensão de consolidação ou reviravolta do resultado expresso pelo voto", afirmando normalmente: "Preferimos significar que o povo não está esclarecido, que o voto não tem significado. Que os trabalhadores — que são no mínimo 3,3 milhões e nunca os 700 mil votantes no PC e nos seus partidos sem relevância — constituem monopólio do PC e da sua organização paralela ao nível sindical."

Elementos destacados do PPD contaram-nos assim a sua versão dos factos:

"A concentração de participantes na manifestação fez-se por volta das 14.30 horas, perto da Praça do Chile, de onde seguio para a Alameda D. Afonso Henriques. Aí, um grupo do MDP fazia barreira para sustar o PS que se havia concentrado perto do Cinema Império. O PPD tomou então uma rua paralela à Av. Almirante Reis, até à Praça do Arco, onde se registaram várias cenas de violência e confrontação pelo, quando o cortejo do PPD tomou a Avenida do Aeroporto, uma enorme barreira composta por elementos do MES, LCI, FSP e PCP pretendia impedir o avanço dos nossos militantes, conseguindo dividir o cortejo em três partes.

"Nesta ocasião", continua o relato, "ouviam-se palavras de ordem como "FSP para o lugar do PPD", ao que este respondia "Unidade!", e do lado do MES e LCI "Não queremos fascistas no governo" com a resposta do PPD "Não também não", e finalmente "Abaixo a reacção", com a resposta de "Abaxai!".

Os insultos cruzavam-se e o cortejo do PPD, recomposto, dirigiu-se para o cruzamento com a Av. dos Estados Unidos da América, onde nova barreira do FCP estava montada.

"Nessa das passagens que intercalam a avenida", esclarecem em continuação, "encontraram-se bloqueados Mário Soares e Salgado Zenha, com outros militantes do PS, que travaram curto diálogo com os do PPD. As perguntas que lhe dirigiram sobre se não entrara

em reuniões prévias com outros partidos, o PS concentrou-se às 14 horas na Praça do Chile para se integrar na manifestação até ao estádio 1.º de Maio. Na véspera, tinha sido acordado com as outras organizações o percurso que seria seguido e os lugares a ocupar no interior do estádio.

Acostumado, porém, que o PCP não segue o lema da autoindustrial, tendo ocupado muito antes das 15 horas todos os lugares no estádio. Ao ter conhecimento de facto, os militantes do PS dirigiram-se imediatamente para lá e a sua "guarda avançada" deparou com forte oposição e uma sólida barreira formada por elementos afectos ao PCP, registando-se na altura algumas escaramuças."

E o relato prossegue: "Frente a estes factos, Mário Soares, Salgado Zenha e Marcelo Cerúo, entre outros, retiraram-se para os arredores do estádio, seguidos de muitos militantes, onde usaram da palavra para expor a situação.

"As 18.30 horas, a manifestação do PS dirigiu-se de novo para o estádio, entrando então o secretário-geral e os outros elementos pelo portão principal e encaminhando-se para junto da tribuna, na parte dos camarões. Aí chegaram, foram impedidos de entrar pelo dirigente da Interindustrial, José Gomes, que afirmou a Mário Soares "não haver lugar nos camarões para os partidos divalocistas".

Além durante várias fases do comício, antes e depois de Mário Soares se ter retirado aconselhando calma aos militantes socialistas e aos elementos militares que, indignados, queriam forçar a entrada na tribuna, registaram-se várias agressões físicas a elementos socialistas, e o próprio Mário Soares foi alvo de provocações e tentativas de agressão que só não se concretizaram por intervenção da Polícia Militar."

É a síntese do relato fornecido por membros do PS, que abraçaram ternos o secretário-geral do partido e o ministro Salgado Zenha isto recebidos ainda nessa noite pelo 1.º Ministro e pelo Presidente da República.

PS e PPD denunciam Intersindical e PC que retribuem acusações de divisionismo

(Continuação da p. 1)

no estádio, Mário Soares aponta responder: "Fui impedido."

Foi então que os dirigentes do PPD, conjuntamente com os outros militantes, decidiram não insistir na progressão para o Estádio 1.º de Maio, "porque sabemos certos de que se tivéssemos tentado entrar, haveria uma batalha campal, sem interesse para ninguém", apontam. "Optámos por realizar a nossa própria manifestação, pelo que prosseguimos pela Av. de Roma, João XXI, Campos Pequenos, Defensores da Chave, Casal Ribeiro, Estefânia e Praça José Fontana, onde teve lugar um comício. Durante o trajeto, os transeuntes elogiavam esta atitude e aplaudiam-nos. No comício falaram Magalhães, Mota e Pinto Balsemão que denunciaram em termos ácidos a actuação de grupos minoritários que a pouca distância das eleições já procuram minimizá-las."

Outro dos elementos do PPD afirmou-nos que "esta discriminação que se segue da criação da Intersindical promoveram em relação ao PPD se traduz na acção divisionista dos trabalhadores, pois um partido que obtém um milhão e meio de votos tem certamente muito mais trabalhadores que alguns outros partidos de coligação. No momento em que é indispensável e fundamental a cooperação de todas as forças políticas interessadas na instauração de sociedade socialista em Portugal, a atitude da Intersindical, além de sericária, favorece a excepção", assinalando depois: "Nada sabemos como este lado de surgir, até que se decida com clareza o tipo de sociedade socialista que pretendemos realizar, e o processo para a atingir, o que conduzirá à definição das regras de dinâmica social neste momento ainda fluidas."

Intersindical: «O PS queria contestar a legalização»

Não conseguimos contactar nenhum dos elementos do secretariado da Intersindical, mas obtivemos a sua posição em dois comunicados e uma fotocópia que ontem à tarde nos foram facultados. O primeiro dos documentos, depois de considerar as comemorações do 1.º

de Maio a vitória do povo trabalhador e da aliança povo-MFA, salientando "a forma altamente patriótica como o Povo português se manifestou, por toda a parte, dando o seu apoio à via socialista da revolução portuguesa", faz depois a seguinte consideração: "Certamente, o Secretariado da Intersindical Nacional lamenta profundamente que algumas individualidades proeminentes do Partido Socialista, tivessem procurado criar no comício realizado no Estádio 1.º de Maio, um clima de tensão e a entrar a estas comemorações e sem importância significativamente patriótica e unitária, utilizando o processo numa condizente com quem se afirma defensor da unidade das massas trabalhadoras e do reforço da aliança Povo-MFA", que prossegue, mais adiante: "É importante dizer que numa das reuniões havidas entre o Secretariado da Intersindical e os representantes dos partidos convidadas a participarem nas comemorações do 1.º de Maio, os delegados do Partido Socialista primeiro mostraram o jogo para, posteriormente e numa outra reunião, vieram a assumir o compromisso de honra de, durante o comício, não levarem à prática o que já corria por Lisboa: o Partido Socialista iria aproveitar esse momento para contestar a Intersindical, e a sua legalização pelo Conselho Superior da Revolução e a saída da lei das associações sindicais e assim criar um clima próprio a situações, tais como as que se vieram na realidade a verificar."

Noutro documento, intitulado "A verdade sobre os incidentes provocados no estádio 1.º de Maio" e distribuído como informação à imprensa, começa por se assinalar "a campanha lançada pelo PS contra a Intersindical, logo após a sua criação, como é lógico pelo PPD", referindo-se em seguida, desmentindo as alegações do PS, à circunstância: "em que se desenvolveram a fase de preparação, apontando mais adiante: "Quando a parte principal do cortejo do PS chegou ao Estádio 1.º de Maio, esperava-se que os seus dirigentes se dirigissem à tribuna onde desde sempre lhes estava destinada a lugar. Porém, o que se verificou foi que o dr. Mário Soares, em vez de se

dirigir à tribuna, manteve-se num sector de Estádio a fazer comícios partidários, enquanto falava o senhor Primeiro Ministro e o senhor Presidente da República, demonstrando a sua falta de respeito pelos ouvintes."

Noutro dos pontos seguintes, a Intersindical afirma: "Aos milhares de Socialistas que estavam nas bancadas do Estádio 1.º de Maio, detramos o dever de consciência de demonstrar a afirmação de que lhes foi barrada a passagem quando quiseram entrar no Estádio", para salientar ainda: "Quando o discurso do senhor Presidente da República estava, quase no final, tivemos no fim do comício, o dr. Mário Soares a bater à porta da tribuna, dizendo ao dirigente da Intersindical que o atendeu que havia sido chamado pelo MFA; Não se confundindo que tivemos havido de parte dos representantes do MFA presentes qualquer chamada, tendo em consideração a acção divisionista que o dr. Mário Soares vinha desenvolvendo, e o facto de se recuar que a presença na tribuna mais visse a agravar os incidentes que vinha provocando, e respeitando a opinião dos militares responsáveis pela segurança da tribuna, o nosso dirigente não permitiu a entrada do dr. Mário Soares."

Termina a informação: "Ao pé a tribuna na recessão da entrada na tribuna do dr. Mário Soares, a Direcção do PS tenta acender aos seus militantes a sua acção de divisão das massas trabalhadoras e das forças democráticas, e de desrespeito às mais altas representantes do MFA, tentando denegrir nos olhos de dezmas de representantes de organizações sindicais estrangeiras presentes nas comemorações do 1.º de Maio, no que significaram de estreitamento da aliança Povo/MFA."

PC: «O PS quis impedir a grande festa do trabalho»

Ainda com base em comunicado tornado público pelo Partido Comunista Português, por não nos ter sido possível obter uma apreciação directa dos acontecimentos junto do Comité Central, assinalamos a posição deste partido, que responsabiliza o PS, a quem acusa de pretender boicotar "um dos maiores comícios jamais realizados" e "impedir o desenvolvimento da grande festa dos trabalhadores".

"Os trabalhadores, festejando a sua Jornada Internacional, realizaram o 25 de Abril e as suas comemorações revolucionárias alcançadas desde então, designadamente as nacionalizações e a reforma agrária, e expressaram a sua determinação em defenderem as liberdades e em participarem activamente na construção de um Portugal democrático e ao caminho do socialismo", afirma a certo passo.

Refere depois o comunicado "o profundo significado para o movimento operário português, para as lutas das massas trabalhadoras e para a revolução portuguesa em geral nesta grande jornada, que os militares tenham demonstrado, junto do povo e que, ao lado dos representantes dos trabalhadores e da Intersindical, tenham tomado a palavra representantes do MFA, designadamente o Presidente da República e Primeiro Ministro do Governo Provisório, cujos discursos constituem importante contribuição para a definição das tarefas políticas do momento."

Só depois de mais referências, no mesmo tom e linha, ao simbolismo do 1.º de Maio, o comunicado do PCP se refere aos incidentes, lamentando-os e considerando-os provocados pelo Partido Socialista, concluindo: "Num momento em que se impõe o reforço da unidade de todas as forças que desejam lutar pela democracia e a sociedade, uma tal conduta não serve de forma alguma os interesses e a unidade dos trabalhadores, a cooperação entre as forças democráticas, a aliança Povo/MFA e a jovem democracia portuguesa."

Apesar das dificuldades e contrições do processo, nada conseguimos destruir a unidade do povo trabalhador e a sua aliança com o MFA", afirma no final.

FSP: «novo golpe contra-revolucionário»

"Nada serve melhor a Revolução que a Verdade", começa, por sua vez, a tomada de posição da Frente Socialista Popular, em comunicado ontem à noite divulgado e que prossegue, referindo os incidentes:

"Mais uma vez a lei da unidade sindical e a teoria da institucionalização da Interindustrial, que estava na agenda do Conselho da Revolução, foram protostas para tentar um golpe de força que confundisse os trabalhadores e transformasse a manifestação do 1.º de Maio numa nova 28 de Setembro, confundindo o povo e voltando a classe trabalhadora contra si própria."

Depois de fazer notar que o PS, convidado com outros partidos para as comemorações, se havia recusado logo de início a juntar-se ao MES e à FSP, e o que define como atitude isolacionista do PS, acompanhada de estratégia boicoteadora a posição da FSP considera como provocações e tentativas de boicote activo do comitê do 1.º de Maio o comportamento dos militantes do PS, de um sector em que viriam a incorporar-se Mário Soares e Salgado Zenha, "que fizeram o seu próprio comitê no topo norte do estádio", referido ainda:

"É inaceitável que o PS e os seus dirigentes após serem tentada (e falhada) sabotar a festa unitária dos trabalhadores, após terem efectuado as mais variadas provocações com intuíto claro: manobras contra-revolucionárias, vamos agora tentar apresentá-las como vítimas".

Continuando o que chama uma análise dos acontecimentos, a FSP apresenta uma interpretação política da situação pós eleitoral que aponta as "várias frentes em que se joga a contra-revolução, na estratégia dos americanos e da social burguesia europeia: No campo da legalidade democrática, a culpa do PS constitui o seu maior processo interpretativo. Del que ultimamente o PS se autoproclama de parceiro qualificado da interpretação do líder do MPA. Todavia", assinala, "até recente data, a partir de Janeiro, foi o PS um dos principais responsáveis pela criação de um clima político que possibilitou o golpe contra-revolucionário do 11 de Março."

"Referindo-se seguidamente às pressões junto do poder político "no sentido de travar o avanço do processo revolucionário" e "distraído o país com uma avalanche de agitação política e tensão social", o comunicado da comissão política da FSP prossegue afirmando que "a contra-revolução usando a capa da democracia e da liberdade e apoiada pelo dinheiro do capitalismo internacional, procura rodar no 1.º de Maio manobras libertinas de Campo Pequeno que antecedem as da maioria silenciosa no 28 de Setembro".

Quase a terminar, a FSP relaciona ainda os recentes acontecimentos em Angola, os ataques "de que o MPLA e os seus militantes foram alvos" para documentar o que chama estratégia comum dos inimigos do povo português e dos povos irmãos da Guiné, Angola e Moçambique, denunciando claramente: "A burguesia joga definitivamente a decisão na preparação de novo golpes contra-revolucionários de que já fazem parte os acontecimentos dos últimos dias".

Costa Martins: "Nunca fui defensor da greve"

COSTA MARTINS, Ministro do Trabalho, declarou numa conferência de imprensa realizada no princípio desta semana nunca ter sido defensor da greve, e que esta deve ser a última das armas do trabalhador. Durante a mesma conferência de imprensa o major piloto aviador Costa Martins afirmou ainda que «no momento presente, atendendo às graves dificuldades da economia nacional, na maior parte dos casos pode considerar-se a greve como um acto anti-revolucionário. Portanto os trabalhadores têm várias outras formas de se afirmar, de fazer valer as suas reivindicações dentro de um critério de justiça, sem ser necessário recorrer à greve». No entanto o Ministro do Trabalho não especificou quais. Afirmou ainda que a lei sindical estaria para ser publicada brevemente.

O Ministro anunciou também estar para breve o lançamento de um programa de apoio à indústria nacional, considerando que: "uma participação mais activa dos trabalhadores na vida económica nacional e um melhor aproveitamento dos equipamentos existentes poderão resolver em parte o problema da produção, portanto aumentar significativamente a produção nacional." Mais adiante Costa Martins referiu que o desenvolvimento da habitação social será uma fonte de muitos postos de trabalho, contribuindo desta forma para o abaixamento do índice do desemprego, em Portugal, que, ainda segundo o Ministro do Trabalho, atinge presentemente seis por cento da população activa.

A terminar Costa Martins referindo-se à aceitação de créditos estrangeiros afirmaria que não fazia discriminações acerca da sua origem desde que estes sejam feitos de boa vontade e sem exigências políticas. A este respeito referiu ainda terem sido vastas as ofertas de ajuda e cooperação feitas pela UNSS durante a sua recente visita àquele país. Costa Martins acrescentou ainda que seria de esperar ofertas de outros países.



As organizações marxistas-leninistas quando, no 1.º de Maio, caminhavam pela Rua de Prata rumo à Alameda de D. Afonso Henriques onde se realizou o comício

Rosa Coutinho:

«Qualquer dia trago os trabalhadores do Alentejo»

PARA ALÉM dos depoimentos dos partidos políticos, e das descrições dos factos (que publicamos noutra local), pareceu-nos indispensável conhecer a opinião de membros do Conselho Superior da Revolução, acerca dos acontecimentos relativos ao 1.º de Maio. Assim, para além da pergunta feita a Ramiro Correia sobre o assunto, a seguir publicamos um curto depoimento do Almirante Rosa Coutinho:

Rosa Coutinho — Não! Eu cá não quero saber dos acontecimentos de ontem...

EXPRESSO — Considera que "pode não querer saber"?

Rosa Coutinho — Possa. Para mim, é a festa do trabalho, a festa de todos os trabalhadores portugueses, e não uma festa de partidos.

EXPRESSO — Quanto a si, o 1 de Maio foi então a festa de todos os trabalhadores portugueses?

Rosa Coutinho — Foi pelo menos nos sítios onde eu estive: Beja, Aljustrel, Plas, Ervidade, Moural

Aí foi realmente a festa de todos os trabalhadores. E qualquer dia trago os trabalhadores do Alentejo cá a Lisboa para ensinar a esta gente como é a ensinar o que é uma festa de trabalho...

MRPP comemora no Rossio

«1.º de Maio vermelho»

O ROSSIO lisboeta foi cenário de comemorações levadas a cabo pelo MRPP na capital, como era já do conhecimento público. Desde a madrugada de 1 de Maio centenas de militantes e simpatizantes daquele partido e da Associação da Amizade Portugal-China — que se associara às comemorações do "Primeiro de Maio Vermelho" — tinham iniciado um trabalho que resultou na decoração considerada mais grandiosa de todas as praças da capital. Painéis gigantes com o símbolo do partido (a foice e o martelo estilizados e a estrela de cinco pontas), retratos de Marx, Engels, Lenine, Estaline e Mao Tse-tung, tal como um grande quadro a cores representando soldados do exército chinês, centenas de bandeiras do MRPP e cartazes com as palavras de ordem centrais, tais eram alguns dos

motivos que serviram a decoração do Rossio.

Desde a poesia até quadros vivos e representação teatral, passando pela exibição de um coro, a confraternização iniciada logo pelas 15 horas assumiu um carácter militante, salientando-se as palavras de ordem visando a libertação imediata dos antifascistas presos e a convocação de uma grande manifestação para domingo dia 4 frente ao prédio militar de Santarém onde, segundo a AFAP (Associação das Famílias dos Antifascistas Presos), "estão ainda detidas mais de uma centena e meia de pessoas, presas pelo GOKPCON ou directamente pelo social-fascista do PCP enquanto os pides e fascistas se passavam"; a manifestação emquadra-se numa campanha mais geral, visando um só objectivo: a

liberdade para os "democratas, patriotas e anti-fascistas" detidos, que não puderam ser visitados pelos seus médicos e defensores jurídicos no próprio "Primeiro de Maio Vermelho".

Discursando perante milhares de pessoas que se tinham integrado na manifestação de rua e se dirigiram, a partir das 18 horas, para S. Bento (onde se realizou um comício), Arnaldo Matos, secretário-geral do MRPP há poucos dias libertado depois de uma curta passagem pela prisão, considerou que, depois das eleições para a Constituinte, uma nova crise política está em curso — a quinta desde 25 de Abril de 1974 — depois de ter evocado o "Primeiro de Maio Vermelho" de 1973, "convocado pelo MRPP e só por ele", dado que os partidos actualmente no Governo ou ainda não

existiam ou faziam tábua rasa à tradição de luta do Primeiro Maio, PCP incluído.

Arnaldo Matos acentuou ainda com bastante vigor o facto de, segundo o seu partido, estas reuniões todas as condições para a guerra civil em Portugal, além do notadamente que só a revolução pode evitar a guerra de contra-revolucionária, que está em preparação. Quanto à situação actual, considerou escatoteado período de preparação pacífica à Revolução Democrática e Popular para que a estratêgia do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado aponta como primeiro passo antes do início da construção do socialismo.

O cortejo seguiu de S. Bento para o ponto de onde partiu o Rossio.

Lei de ocupações voltará ao Conselho da Revolução

AS OCUPAÇÕES de casas iniciadas logo após o derrube do anterior regime levaram, pela sua dimensão própria e necessidade de organização, à constituição de Comissões de Moradores que hoje, em certa medida, coordenam as ocupações e protegem os ocupadores, fazendo ainda o levantamento de fogos devolutos. Estas Comissões de Moradores cuja importância é cada vez mais evidente, constituíram-se na maioria dos casos autonomamente por freguesias e apesar de tudo, algumas Comissões de moradores, chocam-se quase frontalmente com as Comissões administrativas das juntas de freguesia que, não as conseguindo controlar periodicamente, se bicoicam ou tentam criar outras «Comissões de Moradores» que possam controlar periodicamente. Casos há também em que o apoio das Comissões administrativas é tímido. No entanto, pode-se considerar que a maioria das juntas comecem a apoiar abertamente as referidas comissões.

Face à vaga de ocupações começou a ser pedida a intervenção

deste organismo militar até porque era um assunto em que «ninguém queria pagar».

O reconhecimento das situações «insuportáveis» em que se ocupam as casas «vivia», bem como as suas possibilidades sociais e económicas e ainda a possibilidade de os senhores «hurem» a lei, levou ao reconhecimento da necessidade de uma legislação que regulasse este fenómeno.

Foi então elaborada uma proposta de lei que teria sido levada até ao Conselho da Revolução, que não a chegou a apreciar pois o primeiro ministro teria insistido que esta era da competência do Conselho de Ministros.

Segundo fontes bem informadas, a crise por que passa a construção civil teria levado a introduzir várias alterações na proposta de lei na sua forma definitiva, que acabaria por se tornar um instrumento quase ineficaz.

Nomeadamente do projecto foi retirado um artigo, segundo o qual as obras licenciadas à data da publicação do mesmo deveriam ser iniciadas num prazo de 90 dias, não podendo o seu curso ser in-

terrompido para além daquele prazo. Segundo a proposta de lei, caso isso acontecesse, seria possível de ocupação de licença de construção e, eventualmente, de expropriação do terreno por utilidade pública urgente, se isso viesse ao município.

Caso não fosse iniciada a demolição dos fogos dentro dos prazos acima indicados, os fogos consideram-se já devolutos.

Dadas as alterações introduzidas na proposta de lei e a premissão do assunto, parece ser de esperar que este seja novamente presente ao Conselho da Revolução e apreciado por este muito provavelmente segundo a sua forma original (proposta).

Note-se ainda que as Comissões de Moradores, segundo observadores ligados ao processo, não deveriam ser regulamentadas por lei, mas por um estatuto único que será elaborado no Congresso das Comissões de Moradores a realizar em breve.

A manifestação convocada pela associação dos Inquilinos de Lisboa e por algumas comissões de

moradores protestando contra a publicação do diploma a que se está a referir-nos, dirigiu-se a S. Bento onde deveria ter entrado o primeiro ministro — um acto reivindicativo, o que não veio acontecer.

Tal caderno reivindicativo, momento em que se apresentou a Vasco Gomes, baseia-se fundamentalmente

nas seguintes pontos: Revisão da lei; direito à habitação; casas e barracas não; fora com a burguesia dos senhores. O caderno exige ainda do Governo uma tomada firme de posição para

as futuras leis da habitação e sejam feitas dentro dos gabinetes mas com consulta das bases.

A resolução do problema da habitação não fica, no entanto resolvido com a revisão da lei publicação de uma outra verdadeiramente revolucionária, depende sobretudo da aplicação verba destinada à habitação social que por outro lado criará mais de trabalho.

Que Pluralismo?

O ENCONTRO de Magalhães Mota com Mário Soares, pelas 17.30 de quinta-feira passada, numa praça ajardinada, a pouco mais de um quilómetro do Estádio onde a Intersindical promoveu as celebrações do Dia do Trabalhador, simboliza bem o que foi e o que não foi o 1.º de Maio em Lisboa. Os dirigentes dos dois principais partidos de uma coligação governamental que professa uma opção socialista (e os milhares de pessoas que os acompanhavam) foram impedidos de participar num comício, presidido pelo general Costa gomes, no qual se pretendia comemorar a unidade socialista. Magalhães Mota e a sua gente, com o acesso ao Estádio bloqueado por agressiva barreira humana, decidiram continuar o desfile por outras paragens e realizaram o seu comício noutra local. Mário Soares e os seus acompanhantes conseguiram, hora e meia, mais tarde entrar no Estádio, com os resultados que se conhecem.

O problema não se coloca apenas em termos numéricos (ver comentário M. R. Sousa na página 2), visto que levanta a questão mais profunda do pluralismo que temos e do pluralismo que queremos ter.

No comunicado, acerca das eleições, do Conselho (restrito) de Ministros da última quarta-feira, foram feitas referências claras à «esmagadora maioria com que foi referendado a opção socialista, na liberdade e no pluralismo, do MFA». As palavras têm o sentido que lhes dá quem as utiliza. Mas, para que o socialismo seja o produto de quem nele aposta, é preciso que surja, espontâneo, da base e não seja imposto pela cúpula ou por maiorias a ele mais ou menos oportunisticamente associadas. Isso só se consegue permitindo que a vontade popular se exprima sem peias e respeitando a diversidade de opiniões que nela existem; isto é, com liberdade e em pluralismo.

O que sucedeu em Lisboa, na comemoração principal do 1.º de Maio, trai a liberdade, nega o pluralismo e, portanto, prejudica o socialismo. Um partido, que representa 38% dos portugueses, foi convidado para ser maltratado; outro, com quase 27% dos votos, não chegou a ser convidado e não pôde associar-se à celebração. Nestes dois partidos, há, como é óbvio, centenas de milhares de trabalhadores que, assim, foram segregados pela actuação de partidos que não representarão mais do que 17 a 18% do povo português.

Tudo isto se passou sob o olhar complacente do Conselho da Revolução. As tentativas dos dirigentes do PPD para serem incluídos nos convidados não obtiveram êxito e a proibição da manifestação do PS marcada para ontem parece demonstrar que o sucedido na quinta-feira não foi mero acidente de última hora.

Por isso se tem de colocar a questão do pluralismo (e da liberdade e do socialismo a ele ligados). Quer-se respeitar, na sua fecunda diversidade, os resultados das eleições, cuja importância o Presidente da República, no seu corajoso discurso (que bem merece ser meditado) de 1 de Maio bem acentuou? Ou quer-se um pluralismo reservado a alguns eleitos — PC, MDP, FSP e talvez MES— excluindo todos os outros?

O Conselho da Revolução não pode adiar mais uma resposta definitiva a estas perguntas. Ao dá-la, respeitador como tem sido da aliança povo-MFA, terá de considerar a vontade popular; não a das «élites amolecidas» ou dos «intelectuais pessimistas», que Costa Gomes mencionou e criticou, mas a dos portugueses que amam a sua terra e não a querem abandonar nem entregar a minorias em que não confiam.

O 1.º de Maio de 1976 terá de ser igual ao de 1974. Nele não poderão repetir-se os princípios de ódio, a segregação e a emulação que se detectaram no de 1975.



Socialismo crítico ou ditadura: à margem de um Portugal nu

Eduardo Lourenço

OS DADOS estão lançados. Com a nacionalização da banca e suas naturais consequências, Portugal encontra-se em situação de desafio, não só perante o complexo sistema em que até aqui se inseria organicamente, como diante de si mesmo. Este desafio, na medida em que representa um passo histórico irreversível de apropriação nacional de meios e poderes anacrónicos ou injustamente privatizados, é daqueles que uma comunidade historicamente adulta tem de assumir com um máximo de lucidez. É um momento exaltante do acidentado destino português e por isso mesmo é capital que se não transforme em exaltação que reverte a termo numa espécie de cegueira psíquica nacional. A perspectiva socialista, enfim concretamente aberta, vai impor à realidade portuguesa, num contexto mundial, ao mesmo tempo favorável, inquieto e inquietante, uma conversão mobilizadora de toda a capacidade e energia históricas de que somos capazes. O que Portugal escolheu — de olhos abertos, em princípio — foi a tempestade e terá, em analogia com a sua aventura passada, de mostrar a si mesmo e a um mundo que não terá ternuras excessivas para os novos argonautas do Ocidente, que é capaz de a enfrentar e dominar.

Portugal é, neste momento, um país nu. Quer dizer, um país sem nenhum alibi histórico, intrincheirado na sua confinada facha atlântica, sem possibilidades de sonhar outro sonho que o seu próprio, europeu, castro. Não passámos séculos a fugir de nós mesmos enquanto apenas portugueses. Fuga simultaneamente estelar e criadora que não permitiu

nunca que nos encontrássemos connosco mesmos. Fomos sempre outros. Essa fuga é agora impossível. Chegou a hora desse encontro secularmente adiado para o qual ninguém sabe até que ponto estamos colectivamente preparados. Uma das tentações que nos espantamos é de novo a invenção de mitos, de esquemas orientadores, destinados a superar imaginariamente os obstáculos inevitáveis que o nosso longo passado de irrealismo histórico e político acumulou. A nossa aventura histórica é a de um povo que viveu sempre em bicos dos pés, acima das suas possibilidades reais, esperando tudo de milagres que às vezes aconteciam, de dons sebastiões e de caldos de portaria, a ponto de converter esta existência picara em segunda natureza. Quando os desastres aconteceram descobriam-se logo o antídoto, criando a especialidade luitana por excelência de transfigurar os alcóer-quibires reais em aljubarrotas fictícias. O espaço para estes jogos e miragens históricas desapareceu, sumiu, como dizem os brasileiros, com a supressão dos horizontes químicos do nosso pseudo-imperialismo. Encurralados na nossa autêntica realidade, não podemos nem devemos procurar saídas que continuem a ser, como sempre foram as nossas -portas pintadas na parede-. Temos de ajustar-nos ao que realmente somos e podemos para a partir daí construímos um Portugal possível e não uma quimera. O que somos é considerável e nada desprezível, como nos grandes momentos de realismo e unionismo pátrio o provámos. E o que podemos, se soubermos adequar os meios de

que dispomos à invenção do país possível, permite a esperança de dominar o desafio incógnita que a situação actual e a nossa actual histórica requerem. Mas é perfeitamente inútil e nocivo recriar sob outra roupagem novos -orgulhosamente nós- ou exaltar-se com o pavor suposto ou efectivo que inspiramos neste momento a um -certo mundo- como desengagens em delírio o apagam. Sob essas gesticulações espreita, sempre virgem, um ultra-nacionalismo grotesco que tão nefasto nos tem sido. Não é hoje um dos menos urgentes e delicados exercícios de reflexão política e ideológica pois nele se podem ler, acaso como em nenhum outro, as linhas de força do nosso projecto global enquanto povo desejoso de se definir à face do mundo.

Um desses mais-refugios mais actuaes no momento presente é o do terceiro-mundismo. Na aparência triunfalista de que se reveste — seria para nós uma missão medianeira e liderante junto e com o -terceiro mundo — o que se inscreve é, sob máscara transparente, a consciência e a confissão da nossa dolorosa subalternidade sócio-económica. O -terceiro mundismo- prolonga, embora de boa-fé e com outros propósitos, a opção africana do antigo regime, representada por homens como Franco Nogueira. Na melhor das hipóteses seria uma ressurgência da nunca afundada ideia do Quinto Império, agora com colaboração de esquerda. Um tal sonho enquanto fruto legítimo da nossa particular vocação ecuménica contém elementos positivos. Em particular no que diz respeito aos compromissos assumidos ou a assumir — mas em termos sérios, devidamente planeados e não sob a forma de promessas absurdas incompatíveis com as nossas forças — em relação ao nosso antigo -Império-. O lado nefasto do terceiro-mundismo e da fixação geopolítica e geoeconómica que deseja incarnar reside na sua componente ressentida, amuada, de não-européismo ou anti-européismo, que não é outra coisa que uma versão da fábula da raposa e das uvas verdes. Por não poder — e sobretudo por não saber — assumir as dificuldades óbvias que a nossa situação e realidade europeias implicam, inventam-se não só missionários laicos e medianeiros entre a Europa e o Terceiro Mundo — o que em parte podemos e devemos ser — como também nos incluímos nesse próprio terceiro mundo. É uma operação de magia negra análoga e de quem se mete debaixo de água para não se molhar.

É evidente que uma tal conclusão — condimentada por alusões nevoentas e ideologias reacçãoárias em voga que passam pelo último grito da vanguarda burguesa, como a crítica suméria da -sociedade de consumo- ou a temática antiprogressista desse misticizador encartado que é Ivan Illich — é absurda em si e catastrófica nas suas consequências político-económicas. Posta a circular e tomada a sério pode traduzir-se, como é o caso de um jornalista que há pouco nos visitou — e do jornal -Libération-! — desta maneira ubuesca: -Portugal encontra-se a meio caminho entre a liália do Sul e a Guiné liouso-. Isto nem se presta à indignação. Só dá vontade de rir. Mas é esta mesma imagem que

serve de suporte a todo um projecto político e a um comportamento -cultural- nas esferas mais altas do Poder Revolucionário. Como é possível aceitar uma descrição de nós mesmos, tão deprimente por falta e tão demobilizadora das nossas energias?

É inútil inventarmos-nos outros do que somos e supor que estamos noutro sítio diverso daquele que ocupamos. Somos e estamos na Europa e num dado espaço europeu e não noutro, sem que isso nos vincule mecanicamente ao estatuto sócio-político médio do contexto ocidental. Voltar as costas à Europa — de súbito renoviada por muita gente que nem sabe o que isso significa(r)ia para a caixa do lixo da história, como burguesamente repetente e por nós -ultrapassada-, é uma ficção burlesca. Só cinquenta anos de um certo absurdismo sociopolítico, de marginalização mental podem explicar tão aberrante e tão inenxéquivel propósito político. Cinquenta anos de marginalização mental pseudo-nacionalista, mas nestes incluídos treze anos de delírio africanaista em que um sector do exército futuramente libertador descobre menos que Angola não é o Minho do que o Minho é Angola... Só isso explica que se estejam traduzindo para português, quase a papel químico, atitudes e receitas sócio-culturais adequadas a um arcaísmo absoluto e de um marginalismo histórico-cultural que não é de modo algum airoso, qualquer que seja o grau de ignorância e subdesenvolvimento de certos sectores do nosso velho povo. Nós não somos o Burundi, nem a Etiópia, nem a Cuba de 1959 com um só produto-motor para exportar, nem a Argélia de tão fasciada referência e sem quadros técnicos à altura das suas grandes e legítimas ambições, nem o Peru com uma massa de população heterogénia ao -escolocroulo. Somos uma muito antiga e autónoma realidade histórica, uma das que mais cedo se estruturaram com o seu perfil definitivo na Europa, vivemos sempre em paralelismo profundo com as suas realidades e experiências, mas grado o ingévele e dramático declasseamento delas que a partir de dado momento se operou, mas que não é fatal. É certo que atingimos o 25 de Abril no estado de anacronismo político que se sabe, mas num contexto económico diversificado e complexo — em processo de descolagem real e potencial sublinhado em tempos por Pereira de Moura e a generalidade dos nossos economatas, apesar da crise e do surto inflacionista ocidental. De resto foi a existência desse fenómeno positivo que condicionou e permitiu a liquidação do anacronismo político. Porque é que, de repente, em vez de assumir com decisão e coragem uma realidade, mil vezes mais favorável do que aquela que condicionou o acesso dos países de Leste à via socialista que tomaram — com excepção da Checoslováquia em 1948 — nos estamos inventando comportamentos regressivos, infantilizantes e no sentido mais técnico do termo reacçãoários?

Quem tem medo de Virginia Woolf?

Estamos na Europa, somos europeus, a nossa economia está e estará por um tempo imprevistavelmente inserida em mecanismos occidentais que não podemos quebrar de um dia para o outro sem nos suicidarmos. O patriotismo — o revolucionarismo — consequente tem pouco que ver com mitos e utopias de pura função compensatória e com um voluntarismo ideológico provinciano, entretido a sonhar com «originalidades» e «exemplaridades» de perfil nebuloso, com obsessivas vias de socialismo «a portuguesa» etc. Não deixa de ter razão o mais avisado e eficaz dos nossos homens políticos quando afirma suspirar tal género de fórmulas. Em tal ou em bem, tudo quanto concebemos em Portugal que outra coisa poderá ser senão «português»? Conclamar um «socialismo português», como se pudesse haver em sentido próprio tal variedade, como se a construção do socialismo não supusesse nas suas linhas essenciais uma «démarche» objectiva, imposta pela estrutura das forças produtivas e o nível histórico da luta de classes, é pura fraseologia. Como o é o perspectivar os objectivos e o perfil da sociedade socialista compatível com a nossa realidade, em termos de pura oposição, meramente negativos ou genéricos, bons para polésmo eleitoral e eleitoralista, mas sem alcance nem conteúdo. É explicável que a propaganda dos nossos diversos partidos socialistas tenda a apresentar as respectivas opções da maneira mais favorável reclamando cada um para si o exclusivo da coerência, do amor da liberdade, da eficácia ou da ordem democrática, utilizando como referência-caução ou referência repulsa esta ou aquela experiência socialista em curso noutras latitudes. Mas nada disso nos libertará da necessidade concreta e urgente de definir para nós próprios e em termos nossos, o perfil plausível, não de um mítico socialismo português ou à portuguesa — como se se tratasse de uma receita de bacalhau ideológico — de um socialismo adequado à situação geopolítica, socioeconómica e étnico-cultural que Portugal representa. Quando existir será óbvia, superflua e

placenticamente portuguesa. De que serve propor em palavras as mais mirabolantes e alucinantes perspectivas socialistas, de que serve a instalação abstracta no «melhor sítio político do mundo», se não há nem pode haver receitas mágicas para as fazer descer desse céu socialista à terra agreste e resistente da nossa realidade histórica? O que neste capítulo, a vida política nacional precisa, como de pão para a boca, é de criatividade, de honestidade quer dizer, de **antidemagogia**.

O socialismo é um projecto de descolagem e metamorfose difícil, lento, intermináveis da estrutura capitalista anterior (não só económica e política mas mental) que não se subverte com as melhores intenções do mundo. Não é um sésamo para um presente eufórico em que as dificuldades se evaporam, mas em certo sentido até o natural confronto com novos obstáculos, contradicções de nível superior às de ordem primária que o capitalismo representa.

Qualquer que seja a opção que condicione a nossa nova aventura política, se ela não for de início autodemissificante, aberta, sem medo às sombras que inevitavelmente surgirão da sua prática, será impossível evitar a termo a ditadura implacável da classe política que não a propuser. É claro está, a de sinal contrário no caso de falhanço espectacular desta última. Em termos políticos — mas que abrangem o campo inteiro da actividade nacional — o nosso dilema histórico é hoje entre estas: pseudo-solução (des)ditatorial e um socialismo ortodoxo, de cariz humanístico-revolucionário, que não é uma variedade rara, nem específica de socialismo, e muito menos aquela que por obra e graça da providência nós estaríamos encarregados de dar ao mundo, mas simplesmente a crítica no interior de toda e qualquer forma de sociedade socialista.

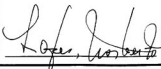
O que quer dizer, que na hora actual, só na medida em que efectivamente existe no interior das históricas sociedades que escolheram a via socialista uma tal prática crítica, e que estas podem e devem ser tomadas como **modelares ou ditas socialistas**. A avaliação dessa «criticidade» in-

terna é de natureza diversa segundo as diversas experiências, mas em nenhum país socialista lá ou pôde ser evitada — sem consequências dramáticas — a questão que a presença e a necessidade dessa crítica representam. E como poderia ser de outro modo quando o marxismo, na sua letra e no seu espírito, é justamente essa **arma crítica** que permite um olhar livre, aberto, da sociedade sobre a mesma e não apenas o instrumento privilegiado através do qual se operou e continua a operar uma crítica já estereotipada de capitalismo? Que seja só que esta última utilização do marxismo aquela que está vigente e ritualizada em vários países socialistas — e em particular naquele que a crítica de **Ray Medvedev** (1) submeteu a uma análise sem concessões — nada retira à força intrinsecamente libertadora do marxismo, não por ser marxismo, mas por ser radicalidade crítica. Pouco importa que os sacerdotes do marxismo tenham sepultado sob toneladas de simplismo, acuriosismo e dogmatismo o impulso revolucionário que o seu crítico (herdeiro e resumo vivificante da anterior aventura crítica do

Occidente) instalou na História. É esse crítico e não o seu formulário fossilizado que deve nortear a pulida mais profunda — e só por isso original da susera socialista que para nós se abre.

Com os olhos fixados nessa linha crítica, não precisamos de coleccionar as diversas sentenças dos marxismos mortos em si, nem de nos hipocritarmos em excesso com experiências ou modelos que podem e devem ser examinados com a modestia de quem começa mas igualmente com vigilante atenção e critério. Nem apocritismos mentais populacionistas nem provincianismos auto-deslumbramentos de neólitos.

Somos um povo me, mas adultos. Todas as esperanças nos são consentidas se como adultos nos comportarmos. Todas as decepções se não resistimos a pensar lusitano de nos superpavos, maravilhosamente vestidos com a palavra-Socialismo.



Liberdade de Imprensa hoje

Norberto Lopes

VENHO falar-lhes da Imprensa, tal como a entendo, uma Imprensa livre, pluralista, independente, imparcial, objectiva, isenta, numa palavra, honesta. Uma Imprensa que não sofra a influência nefasta do poder económico nem do poder político. Uma Imprensa que, mesmo nacionalizada, como está hoje em grande parte a Imprensa diária portuguesa por virtude da nacionalização da banca privada, da qual a maioria dos jornais depende, uma Imprensa que saiba cumprir dignamente a missão que lhe incumbiu, ou seja informar e orientar, isto é, ao mesmo tempo que dá a notícia, emite a opinião, comenta, critica, louva, censura, esclarece, sugere, dentro de uma liberdade responsável, que não pode ser nunca a licença, o abuso, a calúnia, a denúncia, a acusação gratuita ou a insinuação torpe. O jornalismo que todos os jornalistas dignos desse nome desejam, mas infelizmente nem todos praticam, é uma profissão que não pode ser exercida senão no respeito absoluto pela liberdade de expressão do pensamento, sem a qual não será possível alcançar nunca as outras liberdades fundamentais, como Mirabeau afirmava à ses deputados da Assembleia Nacional que em 24 de Agosto de 1789 havia de aprovar o artigo da Declaração dos Direitos do Homem que consagra essa liberdade.

Com efeito, sem liberdade de Imprensa não pode haver Governo

representativo, sem a garantia segura de que serão respeitados os direitos e garantias individuais dos cidadãos. Só numa democracia pluralista, como aquela que o Partido Popular Democrático defende, pode existir verdadeira liberdade de Imprensa, que implica o respeito, embora não exclusiva a controvérsia, pelas opiniões alheias e pela dignidade da pessoa humana. Nos países totalitários, nos países de partido único, por mais democráticos que se considerem, a liberdade de Imprensa não existe, a uniformidade e a monotonia não podem deixar de caracterizar os jornais.

Nesses países, recorre-se a vários processos, qual deles o mais indistintivo, para garantir a subordinação e a obediência da Imprensa ao poder político, como sejam a escolha unilateral das notícias, isto é, a informação dirigida, o silêncio sobre determinados acontecimentos e a deformação propositada de outros, tal como aconteceu entre nós antes do 25 de Abril. Ora, a informação deve ser verídica, honesta, objectiva. Se assim não for, a Imprensa atira-se a sua principal missão, seja qual for o pretexto invocado para falsar ou ocultar a verdade e induzir os leitores em erro.

Pelo contrário, nos países verdadeiramente democráticos, como aquele que desejamos construir, a Imprensa oferece uma rica varie-

dade de aspectos, sem que o poder político exerça sobre ela qualquer influência, embora em alguns casos, bem o sabemos, não se possa libertar inteiramente da influência, directa ou indirecta, do poder económico.

Bem visto o caso português, o que logicamente não podemos é passar de uma Imprensa totalitária de direita, como aconteceu antes do 25 de Abril, para uma Imprensa totalitária de esquerda, como está a acontecer de algum modo entre nós depois do 25 de Abril, se salvarmos apenas algumas excepções honrosas. O que se pretende é a variedade na unidade, uma unidade que deve ser observada, isto sim, na luta contra a reacção e contra os inimigos do povo, em que estão empenhadas, assim o cremos, todas as forças democráticas deste País e não apenas aqueles que lutam em nome do povo como se o povo lhes pertencesse, como se tivessem o exclusivo ou o monopólio da sua defesa, quando exigem tão enfaticamente a abolição dos monopólios.

A Imprensa vive hoje em Portugal sob a disciplina e a obediência a uma lei que satisfaz em grande parte as aspirações dos jornalistas e pode contribuir para que a liberdade de expressão se pratique com a desejada plenitude, assegurando o exercício das liberdades cívicas, num Portugal que todos desejamos

renovado. Eu já disse, e não é caso de o repetir, que a situação criada à Imprensa, e de um modo geral a todas as manifestações de pensamento, pelo regime depois constituído um dos mais graves atentados de todos os tempos, senão mais grave, contra a cultura portuguesa e permitiu a imposição de todos os crimes praticados a longo de meio século pelos agnãos de um regime corrupto e atarracado. Entendo, por isso, que todas as formas de censura são odiosas seja qual for a sua proveniência: a justificação que se pretenda dá-lhes. E se, como jornalista, eu sempre pela abolição de um regime de censura previa que nos envermealhava aos olhos do mundo e ao nosso próprio olhos, que negava aos jornalistas portugueses a mais ridículo intelectual e ao povo o direito inalienável à informação condeno igualmente aquela ou soma que possa exercer-se hoje, por várias formas, à sombra de uma liberdade mal entendida, e que também não louvo o espírito demagógico e a tendência unilateral que já começou a caracterizar alguns órgãos de informação social entre nós. Também não concordo com: supressão ou a fusão de jornais como já foi preconizado, com o pretexto de que são, porventura em número excessivo aqueles que se publicam. Essa redução seria a meu ver, um atentado contra a liberdade e um desrespeito da própria Lei de Imprensa, que só limita nem condiciona a iniciativa privada nesse particular.

Expresso

75-05-03

19

Salgado Zenha
 -zenha, Salgado

Salgado Zenha, Salgado

«Sou ministro da Justiça, porque fui e sempre serei militante antifascista e socialista»

UM ANO APÓS o 25 de Abril, EXPRESSO fez o ponto da actuação do Ministério da Justiça, ouvindo o respectivo ministro Salgado Zenha. Durante a longa conversa que com ele mantivemos tentámos prescrutar qual será a sua actividade como ministro da Justiça isto no caso de não optar pelo lugar que lhe está reservado em S. Bento. A entrevista foi conduzida por José António Barreiros.



Francisco Salgado Zenha

EXPRESSO — Senhor Ministro: o 25 de Abril foi há pouco mais de um ano, e crenos chegada a altura de, como Ministro da Justiça fazer o ponto da situação, dando-nos a fé do Ministério que reconstruía e o do Ministério que, neste momento tem a seu cargo.

Em primeiro lugar uma pergunta de âmbito muito geral: como encontrou o Ministério da Justiça pouco tempo depois do 25 de Abril de 1974?

O antigo Ministério

SALGADO ZENHA — Como direi sempre, eu nunca sougo que soue a ser Ministro da Justiça, de maneira que não tinha nenhuma preparação especial para o ser. Não tem fim foi uma experiência totalmente nova, e só no contacto com os problemas é que passei a fazer uma ideia sobre o que era o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça que eu encontrei, não no dia 25 de Abril, mas na segunda semana do mês de Maio, que lá a altura em que fui empossado como Ministro, foi um Ministério emanado de qualquer função jurídica, de qualquer função actuante, pois este Ministério tinha durante o regime fascista um papel puramente burocrático, puramente passivo, todo além disso fuções de controlo sobre a actividade jurídica, que eram muito democráticas, mas que eram totalmente diferentes.

A nova estrutura

As novas principais dificuldades foram criar uma nova estrutura burocrática que ainda hoje não está completada. É que em todos os setores do Ministério não basta ler reformas nos papéis, não basta proclamar boas intenções em fazer simplesmente decretos. Temo procurado criar essas estruturas democráticas, mas estou longe de ter conseguido criar as estruturas necessárias para que os serviços funcionem dentro do espírito democrático que foi criado em 25 de Abril.

EXPRESSO — No entanto no interior das reformas a que pro-

cedeu estabelecer um conjunto de prioridades que fez constar de um Plano de Acção. Algumas delas estão cumpridas outras restam para cumprimento. Qual o critério seguido na elaboração das referidas prioridades?

O programa de acção

S. Z. — Fizemos esse Programa que está a ser cumprido em todos os aspectos. Já fazemos muitas reformas legislativas, estão em curso outras e foram recebidos elementos para a elaboração das restantes. Algumas foram já aprovadas e serão publicadas em breve, como as reformas do divórcio e do processo penal. A não publicação mais cedo não pode ser imputada ao Ministério da Justiça, pois isso deve-se a razões várias, como a necessidade de estudo, as objeções feitas, o sistema eleitoral da aprovação dos decretos. As reformas legislativas são, contudo, da responsabilidade do Ministério da Justiça, dependendo deste Ministério a sua elaboração e publicação.



Saneamento

Quanto à estrutura, o problema é mais difícil. Faz-se a crítica de que no Ministério da Justiça não tem havido saneamento, o que não corresponde à realidade, como já foi explicado na conferência de imprensa da 1.ª sessão do Conselho Nacional, o que já existe, o efectuado no Ministério da Justiça. Os números foram dados pelo Conselho do Saneamento do Mi-

nistério da Justiça, vendo-se deles que, metade dos casos apreciados pela Comissão Interministerial de Saneamento e Reclamação foram enviados pelo Ministério da Justiça. Esse saneamento foi profuso tanto no âmbito dos serviços prisionais, como na magistratura como nos serviços de menores, como outros serviços.

Mas o problema do saneamento não resolve tudo. Temos que substituir as pessoas, já que os serviços existem e têm que funcionar, o que não sempre é fácil.

Por outro lado, existe uma série de estruturas enfermas de um grande espírito burocrático, e tudo isso não cria grandes dificuldades.

Ouvir os interessados

Neste momento estamos a dar uma grande prioridade à reforma do processo penal que já está pronta, à reforma da Polícia Judiciária, por razões óbvias, estando em apreciação o projecto que lhe respecta.

Temos seguido uma técnica que consiste em ouvir previamente os interessados, através de processos democráticos, para que se pronunciem sobre todas estas reformas. Todas as sugestões relativas aos tribunais e à organização judiciária estão a ser sintetizadas por uma comissão nomeada pelo Ministério, sendo seguidas a uma discussão pública, para que daí surjam as reformas necessárias. Há também muitas reclamações que são feitas durante estas associações, que dizem respeito ao funcionalismo, aos problemas de retribuição, de disparidades de retribuição, de disparidades de retribuição. Estes problemas escapam um pouco à intervenção concreta do Ministério da Justiça, pois esses decretos implicam confronto com outros sectores do funcionalismo, sendo esses problemas os mais difíceis de resolver. Os interessados devem compreender que, embora tenham razão, o problema não pode ser resolvido só pelo Ministério da Justiça.

EXPRESSO — No entanto o senhor Ministro tem sido vivamente criticado pela Direcção Provincial dos Sindicatos dos Delegados do Procurador da República. Como encara estas críticas que põem em causa a actividade do seu Ministério?

Criticas dos delegados

S. Z. — Não me lembro concretamente, de quais as criticas que a Direcção Provisória do Sindicato dos Delegados me tem feito. Eu acho que todos os cidadãos portugueses, sejam eles os Delegados do Procurador ou outros, têm o direito de me criticarem. Eu acho que a critica é, não só legitima, como saudavel. O Ministerio da Justiça é criticado por muitos sectores e não só pelos Delegados. Eu ficaria surpreso se não fosse criticado, mas só delegado. Isso significaria que não viveríamos num País democratico. Pois num País democratico os governantes devem ser criticados seja por quem for.

Gezarta, contudo, que me disse que os pontos em que fui criticado pelos Delegados para que eu possa responde-lhe.

Injustiças na Justiça

O que eu sei, é que são devidamente estudadas todas as criticas que são feitas ao Ministerio da Justiça. É preciso também que se compreenda que o Ministerio da Justiça não sabe tudo o que se passa em todos os departamentos do seu Ministerio. É claro que se não existissem injustiças o Ministerio da Justiça não seria necessario. O Ministerio da Justiça pressupõe a existencia de injustiças, e a sua função é estar atento a todas as criticas para obviar aos reparos que lhe sejam feitos.

Mas, como digo, não são só os Delegados que me criticam. Em muitos jornais eu vejo muitas criticas e reparos. Algumas são úteis qualquer razão de ser. Por exemplo quando se fazem reparos ao modo como os tribunais julgam os casos A, B ou C. Evidentemente que o Ministerio não vai intervir no modo como as coisas são concretamente julgadas.

Neutros casos, é claro que o Ministerio tem uma função directiva. Se, por exemplo, num estabelecimento prisional se passa qualquer coisa que se não deve passar, pois o Ministerio pode e deve actuar. Nestes casos, as criticas são necessarias para que possamos melhorar a nossa actividade.

EXPRESSO — Uma das criticas principais que lhe foi feita pela Direcção Provisória do Sindicato dos Delegados diz respeito ao saneamento.

Publicidade e saneamento

S. Z. — Eu creio que essa critica não tem fundamento, como já lhe expliquei. O que acontece, é que nós no Ministerio não publicamos os nomes das pessoas objecto de medidas de saneamento antes de se verificar a publicação dessas medidas no «Diário do Governo». Consideramos que o saneamento tem uma mecânica interna, em que só a decisão definitiva deve ser publicada, após terem sido dadas ao acusado as necessárias garantias de defesa.

As publicações das suspensões provisórias, cremos nós, pode prejudicar a imparcialidade de decisão final. Por isso, no decurso dos trâmites normais dos processos, são applicadas suspensões provisórias, que têm sido no Ministerio da Justiça uma realidade de que, em qualquer outro Ministerio e no quando se chega a decisão definitiva é que ela é publicada no «Diário do Governo».

O Ministerio da Justiça foi aquele onde houve um saneamento mais profundo mais rigoroso e onde a investigação se fez com mais cuidado.

A partir do momento presente, contudo, o problema do saneamento escapa ao Ministerio da Justiça, dado o novo decreto sobre o saneamento que determina que os Ministros passam a intervir apenas ao nível do Conselho de Ministros quando os processos de saneamento estiverem findos, em determinados casos.

As entidades que têm agora a seu cargo a responsabilidade de organisar dirigir e decidir os processos de saneamento, poderão verificar que o Ministerio da Justiça fez um saneamento eficaz e plenamente profundo, sem publicidade, é certo, mas dentro da legalidade democratica, de respeito pelo direito de defesa dos visados.

O Ministerio da Justiça tem obrigações especiais pois, sendo o

Ministério da Justiça não poderá cometer injustiças.

EXPRESSO — O Advogado Saigado Zamba foi conhecido como um árduo defensor das liberdades públicas, tendo em consequência da sua luta conhecido os carcereiros da Fide. O Ministro da Justiça tem sido instado e a si têm sido apresentadas exposições que se referem à detenção de antifascistas detidos em estabelecimentos dependentes do seu Ministério. Poder-me-á adiantar algo sobre o assunto?

Antifascistas detidos

S. Z. — Como deve supor não tenho neste momento o volume exacto da detenção das pessoas, mas posso dar uma resposta concisa. Para, ce-me — embora seja susceptível de correção — que até ao dia 23 de Abril, estavam 15 pessoas detidas na cadeia de Tires, por imputações políticas. Haverá possivelmente outras pessoas acusadas de actividades políticas, mas não se encontram em estabelecimentos dependentes do Ministério da Justiça.

Simplemente eu desconheço totalmente o motivo por que essas pessoas estão presas. Como sabe, em consequência da actual estrutura constitucional, existe uma completa separação entre as Forças Armadas e o Governo Provedor Civil e essas jovens que estão presas em Tires, estão à ordem das Forças Armadas, pelo que nem nós, nem os tribunais comuns, podemos exercer qualquer actividade.

Houve realmente uma delegação de Advogados que me visitou, que me fez uma exposição relativa a quotas referentes à esse estabelecimento prisional. Mandei fazer um inquérito, e se de facto se verificar que da parte de funcionários de Tires ou de qualquer outro estabelecimento houve violação da legalidade democrática, pois nós

tomaremos as medidas necessárias.

Quanto ao facto de haver ou não haver razões concretas para se detirem essas jovens, o Ministério da Justiça nada tem a ver, pois dada a estrutura constitucional vigente, não tenho qualquer possibilidade de averiguar se essas observações têm ou não fundamento. Certo que o assunto é suficientemente claro e os Advogados que me procuraram sabem que o Ministério nada tem a ver com os motivos que levaram à detenção dessas pessoas. O Ministério responsabiliza-se pelo que faz, mas não posso ser responsabilizado por factos em relação aos quais nada tenho a ver, e não posso sequer tomar quaisquer medidas de averiguação.

Provedor de Justiça

De resto, eu sou contrário a que quando se faz uma crítica a um sector da Administração Pública seja esse sector a averiguar do fundamento das próprias acusações que lhe são feitas. Há um velho ditado, que os juristas bem conhecem, e que vem até no Evangelho e que diz que ninguém pode ser juiz em causa própria. Há sempre uma instância para nos desculparmos.

Foi com base nesse principio que o Ministério da Justiça propôs a criação do Provedor da Justiça, que tem como objectivo apreciar o fundamento de quaisquer queixas contra a Administração Pública.

Eu penso que o Provedor de Justiça vai ser uma função muito importante. Sino-me sempre embaraçado em ter que apreciar acusações que não feitas contra o próprio Ministério.

Tenho também vista a reforma dos Tribunais de Execução de Penas nos termos da qual se confiará aos próprios Juizes, não só o controle da aplicação das penas mas o controle do funcionamento

interno dos próprios estabelecimentos. Então convenciono que se essa nossa ideia for aprovada pelo Conselho de Milicianos se põe cobro a muitas críticas pois, havendo qualquer coisa o Juiz averigua.

É preciso, no entanto, que se note — e digo-o apesar de ter sido detido várias vezes pelas minhas actividades políticas e ter participado na defesa de inúmeros perseguidos pelo fascismo, fossem quais fossem as suas convicções políticas — que a prisão é em si mesmo um mal, a privação da liberdade. Uma pessoa presa injustamente revolta-se contra a detenção. É claro que por vezes a revolta é transferida para outros aspectos. Protesta-se assim, por exemplo pelo pequeno-almoço não ser suficientemente alimentar, e fazem-se outras acusações do mesmo género. É claro que isso muitas vezes não passa da estrepitosa da própria revolta sentida pela prisão. É por isso que uma das garantias do Estado democrático é que as prisões não sejam arbitrárias. Isso será uma das tarefas da próxima Assembleia Constituinte: a edificação de um Estado democrático em que as garantias e liberdades públicas que devem ser respeitadas por toda a Administração.

EXPRESSO — Por força das eleições para a Constituinte o senhor Ministro terá que optar, ou pela sua permanência como Ministro, ou pela actividade como deputado. Será indiscreto perguntar-lhe por qual das opções se decidirá?

Ministro ou deputado?

S. Z. — Eu não me decidirei sem pela solução A nem pela solução B. O Partido Socialista é que decidirá. O Partido dará uma conferência de Imprensa na próxima segunda-feira, em que fará sua análise política das eleições. Até ao momento ainda se não decidiu se os Ministros e Secretários de Estado do Partido permanecerão, ou se irão para a Assembleia. Qualquer que seja a decisão que o Partido tomar, é claro que a actarei.

EXPRESSO — Sependo porém que a decisão seja a da sua permanência como Ministro da Justiça. Poderá dar-nos uma ideia da sua actividade futura como Ministro?

Futuro ministro...

S. Z. — Há problemas pendentes e que dependem das deliberações da Constituinte. Há problemas referentes aos Tribunais, ao Ministério Público, a toda a organização judiciária, à posição do Ministério Público relativamente aos tribunais e cuja regulamentação depende de uma deliberação da Constituinte quanto à estrutura do Estado.

Neste momento, um dos problemas mais candentes é a reforma do processo penal que nós consideramos muito importante, uma pequena revolução dentro do processo penal português, numa direcção amplamente democrática, uma característica fundamental do Es-

tado democrático português, que é a aliança Povo-Forças Armadas.

Temos sob particular atenção a reestruturação da Polícia Judiciária, dado o aumento da criminalidade, o que implica a satisfação de certas pressões profissionais que se me afirmam inteiramente justas, mas cuja satisfação não depende inteiramente do Ministério da Justiça pelas razões que eu já apontei.

Temos, em conclusão para breve a reforma dos tribunais, o divórcio foi já aprovado pelo Conselho de Ministros reunido. Estou debaixo da nossa particular atenção os assuntos referentes aos menores e aos Tribunais de Excecção de Penas, ao Tribunal de Géneros Alimentícios, que vai ser extinto. Quanto à Informática o problema está a ser estudado no âmbito do Ministério da Administração Interna através de uma comissão interministerial destinada a estudar a unificação do equipamento e a extrair dele a máxima produtividade.

EXPRESSO — Se há um ano fosse convidado para Ministro da Justiça, podendo então beneficiar da experiência que tem agora, aceitaría o cargo?

Militância socialista

S. Z. — Bem vê, quando fui há um ano convidado para Ministro, o convite foi-me transmitido dois dias antes de tomar posse. Acresce sem qualquer hesitação, não porque quisesse ser Ministro da Justiça, mas por entender que não podia recusar o convite. Tenho 51 anos de idade, desde que me contemplo sempre fui antifascista, sempre combati contra o regime fascista, portanto o 25 de Abril para mim foi uma realização. Ora eu entendo que ser Ministro da Justiça e ser militante antifascista é, no fundo, a mesma coisa. Sou Ministro da Justiça porque fui e sempre serei militante antifascista e socialista. Ser Ministro para mim, é uma obra de militante.

No dia em que no nosso país existiu uma democracia socialista, estabelecida, em que ser Ministro da Justiça foi um trabalho de mera rotina, o ser Ministro da Justiça não me interessaria. Mas hoje em dia, em que se trata de obra de militante, em que o ser Ministro da Justiça implica um certo risco, eu entendo que devo continuar a ser Ministro da Justiça enquanto, é claro, o meu Partido e os órgãos constitucionais entenderem que é aqui necessária a minha presença.

Se se entender que eu devo regressar à base, a minha militância continuará do mesmo modo.

Se fosse possível voltar a metados do mês de Maio do passado ano, dia em que fui convidado para Ministro da Justiça — a pergunta é um bom-dinheiro absurdo — estou convencido que a experiência adquirida até hoje me teria sido vantajosa, pois os problemas e o conhecimento das realidades humanas, que são fundamentais, ser-me-iam evitados muitas dificuldades e perdas de tempo que eu continuo a verificar. Hoje já separam criando algumas estruturas, o Ministério já conta com colaboradores de formação democrática suficientes para garantir a sua continuidade.